



## ASSEMBLEIA DE FREGUESIA

Sessão Ordinária realizada no dia 23 de janeiro de 2018

ATA Nº 1/2018

- Aos vinte e três dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, teve lugar a segunda reunião da Sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Mafamude e Vilar do Paraíso iniciada a 28 de Dezembro de 2017, a qual decorreu no Edifício da Junta de Freguesia de Vilar do Paraíso. Sita, na rua do Jardim, nº 744, presidida por Tiago Filipe da Costa Braga. Constituíram a mesa a 1ª Secretária, Carla da Silva Machado e como 2º Secretário Arnaldo da Rocha Ferreira da Silva.

- **Estiveram presentes**, para além dos mencionados, os seguintes deputados de assembleia de Freguesia: Miguel Marques de Lemos Rodrigues, Nuno Cardoso, André Filipe Nogueira Rodrigues, Luciana da Costa Reis, Bruno Pimentel, Maria Helena Fortunato Figueiredo, Helder Serafim da Silva Ribeiro, Diogo Filipe Prada da Silva, Isabel Leite Ferreira e Ricardo Campos (PS). Gustavo Leite Gama, António José da Silva Pereira, Ana Andreia dos Santos Ferreira Castelo, António José Areias da Costa Lobo Miranda e Ondina Maria Azevedo Almeida Luz Duarte (PSD). Filipe Miguel Cardoso Oliveira e Paula Maria Militão de Lemos Valentim (BE). Elsa Ludmila Dias da Silva (CDU). José Ricardo Dias Lopes (CDS/PP).

- **Do Executivo estiveram presentes** o Presidente João Paulo Moreira Correia, Jorge Miguel Alves Ferreira Pacheco, Alexandra Mónica Soares Amaro, Daniela Pereira Vieira, Domingos José da Silva Coelho e Hélder Filipe Garcia de Abreu da Costa

- **Foram pedidas as substituições**, pelos respetivos líderes na Assembleia de Freguesia, de Barbara dos Santos Martins (PS), Maria Rosalina Santos (PS) e Liliana Rocha (PS), por, respetivamente, Nuno Cardoso (PS), Bruno Pimentel (PS) e Ricardo Campos (PS)

No início da Sessão registou-se a presença do Grupo Folclórico de Danças e Cantares de Mafamude para "Cantar as Janeiras".

### 1. Período de intervenção aberto ao público

- **Sr. Vitor Marques** começou por endereçar aos eleitos no ato eleitoral de setembro último congratulações desejando que o respetivo mandato seja profícuo. De seguida fez notar que os resultados eleitorais demonstram a excelência da qualidade do mandato anterior, enfatizando a forma como a junta de freguesia





soube colocar no centro da sua atividade política e em primeiro lugar os cidadãos de Mafamude e Vilar do Paraíso, e isto apesar de todas as dificuldades financeiras herdadas em 2013, lembrando que, num momento em que volta a haver esperança e otimismo no País, o mais importante não é a cartilha ideológica, mas tão apenas o exercício ao serviço das pessoas, dos cidadãos, do poder (Vide Doc. 1)

- **Sr. Rogério Pires** começou por cumprimentar os eleitos no ato eleitoral de setembro último. Referiu estar a intervir na sequência de um encontro com o Senhor Presidente da Junta a 11 de agosto de 2017 sobre o estado das Ruas da União de Freguesias. Mencionou que caso fizesse como este último a publicitar o trabalho efetuado, gastaria todo o seu tempo a relatar as obras e iniciativas executadas nos mandatos do PSD/CDS de Filipe Menezes. Mais referiu que ter deixado uma dívida de 300 milhões de Euros, conforme referido num órgão de comunicação social, não lhe parecer muito mal, pois o investimento público e privado ter ascendido a 2 mil milhões de Euros. Referiu que os números sobre a reabilitação de arruamentos, que o presidente da Junta lhe terá transmitido na referida reunião, na ordem dos 30 face às 300 que existirão na união de freguesias, dando uma média de 7,5 por ano, lhe parece ser muito poucas, apesar de tal não ser uma competência da junta mas que para tal esta deve ser mais reivindicativa. Mais referiu que o facto do presidente da junta ter mencionado que existiriam cerca de 300 arruamentos, quando o valor deve ser o dobro, é grave por revelar que este não ter noção da realidade do território que gere. Terminou, sem deixar de referir que “Não há uma segunda oportunidade para causar uma primeira boa impressão”, questionado sobre a quantidade de ruas que estão previstas manter, recondicionar ou reparar durante o ano de 2018 no território desta União de Freguesia, bem como se o Sr. Presidente da Junta já o poderia informar com algum grau de certeza o número aproximado do total de ruas desta União. (Vide Doc. 2)

- **Sr. Paulo Aranda** cumprimentou o executivo e desejando fortuna no mandato que se iniciou questionou a junta, entre outras ruas, sobre a entrada do Túnel da Avenida Gil Vicente (Bairro do Cedro), solicitando que o Município proceda ao seu alargamento e arranjo.

- **Sr. José Ferreira**, referiu ter sido recentemente eleito secretário-coordenador da secção de Mafamude e Vilar do Paraíso do PS, pretendeu com a sua intervenção apresentar cumprimentos à Junta de Freguesia e à assembleia de Freguesia. Mais referiu ser sua intenção posicionar o PS de Mafamude e Vilar do Paraíso como uma entidade que ajude a promover a freguesia tendo como perspectiva o seu desenvolvimento.

- **Sr. Presidente da Junta** começou por agradecer as palavras e o incentivo do Sr. Vitor Marques tendo referido que apesar de terem existido momentos, no último mandato, de alguma confrontação política, não ter dúvidas relativamente à forma como o Sr. Vitor Marques defendeu a freguesia, entendendo ainda os seus elogios, que agradece, como um acréscimo de responsabilidade, ao qual terá necessariamente que responder com maior dedicação e empenho da atuação. Relativamente ao Sr. Rogério Pires, lamentando



que tenha trazido para a sessão assuntos que foram abordados numa reunião privada ocorrida entre ambos, referiu que o que foi feito pela junta de freguesia em matéria de arranjos rodoviários ultrapassou em muito o legado anterior, tendo desafiado igualmente o Sr. Rogério Pires para ser coerente relativamente ao passado, aludindo-se à gestão do Dr. Luis Filipe Menezes, de forma que este assumisse todo esse passado e não apenas a parte que lhe diz interessa. Referiu compreender a postura do sr. Rogério Pires, na medida em que este foi o mandatário do Candidato Gustavo Gama, aludindo que a derrota nas eleições de Outubro passado lhe possam estar a causar um desconforto muito significativo. Relativamente ao Sr. Paulo Aranda Correia, referiu que a situação em concreto não é da responsabilidade da Junta de Freguesia, por não possuir os recursos financeiros nem a competência para aquele tipo de intervenção, lembrando no entanto os méritos da Gestão do Município e da Junta na resolução do Nó de Laborim que já funciona como uma alternativa para quem pretende dirigir-se a Laborim e à Quinta de Rosas, dando conta que o processo de reabilitação da Auto Estrada não estar ainda totalmente concluído sendo expetável que mais melhorias sejam efetuadas nos seus atravessamentos. Relativamente ao Sr. José Ferreira agradeceu as palavras.

## 2. Leitura, discussão e votação das atas

- **O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou a votação a Ata nº 2 de 2017, tendo sido aprovada por maioria com a abstenção da CDU, e apenas pelos elementos presentes considerados aptos para a respetiva votação.

- **O membro Elsa Ludmila Silva (CDU)**, solicitou a correção do seu nome nas atas, tendo referido que na ata n.º 2/2017 faltaria uma declaração lida pelo Sr. Presidente da Assembleia remetida pelo Sr. Elísio Pinto (e-mail enviado). O sr. Presidente da Assembleia referiu não ter considerado relevante tal facto na medida em que este foi lido antes do arranque dos trabalhos, considerando-o apenas como um cumprimento ao Executivo e elementos da Assembleia de Freguesia.

- **O sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** colocou à votação a Ata nº 3 de 2017, aprovada por unanimidade.

## 4. Período da Ordem do Dia

- **O sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** abriu o período da Ordem do Dia, tendo referido que os pontos 4.3 e 4.4 seriam discutidos em conjunto e depois votados separadamente. De seguida deu a palavra ao sr. Presidente da Junta para proceder à apresentação dos dois regulamentos.



- **Sr. Presidente da Junta** procedeu à apresentação da alteração do Regulamento dos Cemitérios e do Regulamento e Tabela Geral das Taxas e Licenças. Referiu ter sido intenção geral da Junta não alterar significativamente os dois regulamentos. Referiu, após a recuperação das condições de funcionamento do cemitério de Mafamude, que se prendiam essencialmente com a gestão pouco cuidada com o cumprimento das regras para a realização das exumações, ter deixado de existir constrangimentos no cemitério. Referiu ter adotado a estratégia de desincentivo a que cidadãos de outras freguesias sejam sepultados em Mafamude através da taxa com um valor diferenciado para essas situações.

- **O membro Ricardo Lopes (CDS/PP)** começou por solicitar ao Presidente da Junta para refletir sobre a taxa de desincentivo na medida em que pode existir um conjunto de pessoas que sempre tenham vivido em Mafamude e Vilar do Paraíso, mas que por vicissitudes várias possam, em final de vida (ex. por terem ido viver com os filhos), a não residir mais em Mafamude e Vilar do Paraíso e que, como tal, teriam que pagar a referida taxa de desincentivo. Considerou esta situação não ser justa.

- **O membro Andreia Ferreira (PSD)**, efetuou a sua intervenção sobre os temas em discussão com especial enfoque nas questões jurídico-legais e algumas eventuais incongruências (vide doc. 3).

- **O membro António Pereira (PSD)**, efetuou a sua intervenção sobre os temas em discussão com particular ênfase na aplicação da taxa de inflação como critério de atualização dos preços preocupando-o como tal o efeito que tal pode vir a ter no acesso dos cidadãos de Mafamude e Vilar do Paraíso aos serviços do Cemitério (vide doc. 4).

- **O membro Elsa Ludmila (CDU)**, referiu relativamente ao Regulamento de Cemitérios ser muito redutora a referência apenas a recenseados, pois dessa forma os residentes não recenseados teriam que pagar a taxa de desincentivo (ex. menores). Referiu ainda que a taxa lhe parecia muito elevada face aos valores praticados pelo concelho.

- **O membro Luciana da Costa Reis (PS)**, começou por referir que entendia as alterações propostas no Regulamento como uma forma de assegurar uma melhoria da eficácia e da eficiência no seu funcionamento. Mais disse entender a taxa de desincentivo por a enquadrar como uma forma de proteger os recenseados na união de freguesias. Elogiou as alterações no regulamento que irão permitir uma redução nos custos de funcionamento da capela mortuária, traduzindo estas preocupações uma forma de administrar melhor os recursos da Junta para dar resposta aos cidadãos de Mafamude e Vilar do Paraíso (vide Doc. 5)

- **O Sr. Presidente da Junta** explicou os fundamentos da aplicação da taxa de desincentivo. Referiu ter sido sua intenção criar uma ferramenta que permitisse à Junta tratar diferente o que é diferente, ou seja, os residentes e não residentes na união de freguesias. Deu como exemplo as taxas praticadas em outras



freguesias do concelho. Depois reiterou que após o momento em que os cemitérios de Mafamude e Vilar do Paraíso, incluindo metade do cemitério de Vilar do Andorinho, terem sido geridos de forma criteriosa, com a sua gestão, e com os investimentos efetuados, ter sido possível haver jazigos livres para as necessidades expectáveis de uma freguesia com a dimensão desta. Voltou a referir que o problema residia no processo de exumações e análise efetuados pelos funcionários de então, tendo referido ter achado estranho o número de exumações que “não davam ossada”, e que terá sido a partir daí que resolveu “investigar” todo o modelo de gestão dos cemitérios, com os bons resultados agora à vista de todos.

- **O membro Gustavo Gama (PSD)**, em defesa da honra, pediu ao senhor Presidente da Junta para não colocar em causa a seriedade e competência dos serviços dos cemitérios.

- **O sr. Presidente da Junta** reiterou o já afirmado relativamente à forma como a gestão corrente do cemitério estava a ser conduzida antes da sua entrada em funções em 2013, tendo mesmo informado que um processo, em concreto, teria sido encaminhado para o Ministério Público.

- **O membro Andreia Ferreira (PSD)** solicitou ao Senhor Presidente da Junta que lhe facultasse o número de processo da ação encaminhada para o Ministério Público.

- **O sr. Presidente da Junta** reiterou o já afirmado anteriormente sobre o encaminhamento das conclusões da avaliação efetuada à gestão do cemitério.

- **O membro Elsa Ludmila (CDU)** apresentou proposta para que a votação do Regulamento de Cemitério se efetuasse na próxima assembleia de freguesia de Abril, após a introdução das alterações entretanto propostas.

- **O sr. Presidente da Junta** manifestou considerar todas as questões suscitadas durante a discussão dos dois regulamentos, não deixando de referir que a serem acatadas as sugestões tal também responsabilizaria os elementos da Assembleia de Freguesia quando fosse a votação. Solicitou, tendo sido posteriormente diferido esse pedido, ao senhor Presidente da Assembleia, que os mesmos fossem retirados de votação, considerando, no entanto, os mesmos discutidos.

- **O sr. Presidente da Assembleia** após esta determinação deu início à discussão do Plano de Atividades Plurianual e Orçamento para o ano de 2018.

- **O membro Elsa Ludmila Silva (CDU)**, efetuou a sua intervenção sobre o Plano e Orçamento 2018, incidindo a mesma sobre as opções de arrecadação de receitas e os mecanismos financeiros subjacentes à delegação de competências da Câmara Municipal. Apresenta ainda dúvidas sobre as despesas, nomeadamente sobre o aumento da rubrica da ação social, entendendo que cabe em primeira instância ao estado a assunção dessas

responsabilidades, bem como sobre a redução das despesas com o apoio ao Desporto. Também sobre o Plano plurianual de investimentos apresentou dúvidas na medida em que o valor das dotações orçamentais parece estar subestimado (ex. Aquisição de viatura – 1000€) (Vide Doc. 7).

- **O sr. Presidente da Junta** começou por sublinhar que parte das propostas apresentadas pela CDU fazem parte do Plano e Orçamento. De seguida, respondeu às questões orçamentais, tendo dado especial destaque para os valores relacionados com a integração dos precários e descongelamento das carreiras, medidas que levarão ao aumento dos vencimentos e subsídios de refeição. Referiu ainda que tecnicamente o pretendido com a dotação para o Plano Plurianual de Investimento é abrir a rubrica que depois naturalmente será adequada cumprindo os devidos formalismos legais.

- **O membro Filipe Oliveira (BE)** sobre a Proposta das Opções do Plano e Orçamento para 2018 efetuou a sua intervenção (vide Doc. 8). Referiu que credita o documento de coerente face à trajetória seguida pelo Executivo, realçando de forma positiva as contribuições da Câmara para a Junta de Freguesia. Politicamente é criticado a dotação para atribuição das bolsas de mérito em detrimento do investimento na reabilitação das escolas e a ausência de dotação para o orçamento participativo.

- **O Sr. Presidente da Junta** responde às questões colocadas, tendo sublinhado a reedição do Orçamento Participativo para 2018, referindo ainda que a dotação para o investimento na reabilitação das escolas sendo de pouca monta não releva contudo, até pela autonomia das finanças da freguesia, o esforço orçamental nesse campo que é assegurado de forma integrada, e com evidências objetivas, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia.

- **O membro Ricardo Lopes (CDS/PP)** pediu para ficar em ata, lei nº75/2012 de 12 de Setembro, art.º 61 sobre o plano e orçamento.

- **O Sr. Presidente da Junta** informou que as contas da junta são escrutinadas pelo Tribunal de Contas. Disse ainda que o orçamento tem carácter plurianual redigido no documento oficial. Compromisso para quatro anos a realizar.

- **O membro Gustavo Gama (PSD)** efetuou a sua intervenção (vide Doc. 9), com especial enfoque na metodologia utilizada para a sua realização porquanto o mesmo, apesar de referir que os contributos dos outros partidos foram considerados, não contempla qualquer medida considerando tal forma como uma pura falácia. Referiu ter o PSD assumido uma postura construtiva na busca das melhores soluções para este orçamento, tendo por base 3 vetores: 1. Ação Social; 2. Inovação e Empreendedorismo; 3. Instituições e Coletividades.



- **O Sr. Presidente da Junta** informou que parte das propostas apresentadas pelo PSD estão vertidas no Plano e Orçamento. A criação do Provedor do Cidadão responde às exigências específicas como público mais idoso e as gerações mais jovens. O sr. Presidente da Junta disse ser normal que as propostas que o PS apresentou nas eleições e que mereceram por parte dos cidadãos a confiança evidenciada nos resultados eleitorais gozem de prioridade na sua implementação porquanto são o contrato político com os cidadãos. Mencionou ser esse um princípio do qual não se quer desviar, na medida em que é através do cumprimento das promessas eleitorais que se restabelece a confiança entre eleitos e eleitores.

- **O membro António Miranda (PSD)** efetuou a sua participação (vide Doc. 10) incidindo a sua intervenção em questões factuais do documento. Pediu resposta ao senhor presidente de junta sobre o aumento da receita, os acórdãos de execução e a encosta do monte da virgem.

- **O membro Bruno Pimentel (PS)** efetuou a sua intervenção (Vide Doc. 12) salientando que o mesmo cumpre escrupulosamente os compromissos eleitorais assumidos. Considera um documento sério, realista, indo ao encontro dos Mafamudenses e Vilarenses.

- **O membro Miguel Lemos (PS)** referiu que este primeiro instrumento de gestão e planeamento da Junta de Freguesia mostra um alinhamento com a estratégia de desenvolvimento do concelho e da união de freguesias, aspeto fundamental para garantir a prossecução das políticas definidas como prioritárias, e que dessa forma estaria garantido o desenvolvimento mais harmonioso da freguesia em colaboração com a Camara Municipal.

- **O sr. Presidente da Junta** lembrou que o modelo de autonomia financeira das juntas de freguesias induz a essa relação de proximidade entre órgãos eleitos ao nível concelhio, o que nem sempre aconteceu no passado, e que a definição das mesmas prioridades, com realce para a educação e para a ação social, em ambos os órgãos de poder, iria permitir que objetivos definidos fossem alcançados.

- **O sr. Presidente da Assembleia de Freguesia** não havendo mais inscrições colocou a proposta de orçamento à votação tendo sido aprovado com os votos a favor do grupo parlamentar do PS e a abstenção pelos grupos parlamentares do PSD, CDS/PP e BE e os votos contra do grupo parlamentar da CDU.

- **O Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia:** Não havendo inscrições nem mais assuntos a tratar, o Presidente da Assembleia de Freguesia declarou encerrada a reunião, pelas 01:25 horas, do dia 24 de janeiro de 2018. Da qual se lavrou a presente ata, cuja minuta foi aprovada por unanimidade, e eu, Carla da Silva Machado, primeira secretária da presente reunião, a elaborei e subscrevo.

O Presidente da Assembleia de Freguesia,



**MAFAMUDE**  
**VILAR DO PARAÍSO**  
JUNTA DE FREGUESIA

(Tiago Filipe da Costa Braga)